

Empresários consideram anteprojeto estatizante e falho na ordem social

BRASILIA — Estatizante demais. É como a maior parte do empresariado, representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), define o anteprojeto da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais. O Presidente da CNI, Albano Franco, e o Presidente eleito da Fiesp, Mário Amato, criticam o capítulo referente à ordem econômica e também alguns dispositivos da ordem social, apoiando o conselheiro Luís Eulálio Vidigal, que teve algumas de suas propostas derrotadas na Comissão.

Amato afirma que o trabalho prevê a possibilidade de instituição de reserva de mercado em outras áreas da indústria nacional, o que, em sua opinião, "é um drama". Para ele, a indústria nacional precisa de proteção, mas não por este tipo de dispositivo constitucional, e sim por tarifas, e apenas durante um certo tempo.

— Há uma desconfiança generalizada. Será que vamos ter um capita-

lismo de Estado, um socialismo ou uma democracia ampla e irrestrita? — indaga o empresário.

Também não agradaram aos empresários os dispositivos que ampliam o direito de greve e reduzem a jornada semanal de trabalho para 40 horas. Amato discorda do direito de greve para as categorias vinculadas às atividades essenciais:

— A população merece respeito e não é possível, por exemplo, deixar crianças morrerem porque os médicos estão em greve.

Quanto à redução da jornada de trabalho, ele considera uma tendência natural do mundo, mas sustenta que isso não pode ser feito de uma hora para outra, e sim progressivamente.

Amato critica também o tamanho do projeto — mais de 400 artigos, que ainda não teve tempo de ler totalmente —, afirmando que não há Constituição no mundo que comporte tantos detalhes.